

CCA-IBRAM | Câmara de Compensação Ambiental do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental



ATA DA 4º REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

- 2015 -

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, na sala de 01 02 reuniões do IBRAM, edifício sede, 2º andar, reuniram-se os membros da Câmara de Compensação Ambiental do IBRAM: LEOCLIDES MILTON ARRUDA (Presidente da 03 Câmara de Compensação Ambiental - CCA); LUIZ RIOS (Superintendência de 04 05 Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental – SUPEM); LUCIANA DA SILVA PACHECO (Procuradoria Jurídica do IBRAM - PROJU); LEONEL GRAÇA 06 07 GENEROSO PEREIRA (Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP); CLEYCIONE CARLOS DA SILVA (Unidade de Administração Geral – UAG), além dos 80 09 membros da Unidade de Compensação Ambiental e Florestal - UCAF, na função de Secretaria Executiva da CCA, RICARDO RORIZ e SAMUEL DE JESUS SILVA LIMA, para 10 11 dar início aos trabalhos da guarta reunião ordinária da Câmara de Compensação 12 Ambiental do ano de 2015, instituída pela Instrução nº 24, de 31 de março de 2010, 13 que teve como pauta os seguintes temas: 1. Compensação ambiental Vila 14 Telebrasília – TERRACAP, processo n° 391.000.789/2014; 2. Compensação ambiental Solar de Brasília (JB, etapa IV) - TERRACAP, processo nº 391.001.091/2015; 3. 15 Compensação florestal Fazenda Paranoazinho – UPSA, processo nº 391.000.761/2014; 16 17 4. Compensação ambiental Captação Lago Paranoá - CAESB, processo nº 391.001.472/2014, e 5. Apresentação do Resumo das Atividades Desenvolvidas pela 18 CCA em 2015. Conferido o quorum, foi dado início aos trabalhos pelo presidente da 19 20 CCA, o Sr. Leoclides Milton Arruda, que passou a palavra ao Sr. Ricardo Roriz para 21 que este procedesse à apresentação da pauta aos membros do colegiado. Lida a



pauta, passou-se à discussão acerca do primeiro item, compensação ambiental Vila 22 23 Telebrasília – TERRACAP, processo n° 391.000.789/2014. O Sr. Ricardo Roriz informou 24 que a referida compensação ambiental já havia sido objeto de apreciação pelo 25 colegiado da CCA, a qual gerou a Deliberação nº 013/2014, entretanto a referida 26 deliberação teve sua validade condicionada à possibilidade de descentralização dos 27 recursos da TERRACAP para a Secretaria de Meio Ambiente, no intuito de que esta 28 procedesse à licitação das obras a serem executadas com os recursos da 29 compensação. Porém, de acordo entendimento da Diretoria de Orçamento e 30 Finanças do IBRAM – DIORF tal operação não é possível, visto que as contas 31 orçamentárias da Secretaria de Meio Ambiente e da TERRACAP são de natureza 32 diferente, razão pela qual a Deliberação nº 013/2014 deve ser alterada. A nova 33 proposta apresentada pela Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – 34 SUGAP é que os recursos da referida compensação ambiental sejam utilizados na 35 elaboração, implementação e consolidação do plano de manejo do Parque Ecológico 36 do Riacho Fundo, do Parque Ecológico Dom Bosco, e da ARIE Dom Bosco, adjacente 37 ao parque Dom Bosco, ambos localizados na bacia hidrográfica do Lago Paranoá. O 38 Sr. Luiz Rios indagou se os recursos serão suficientes para o que se propõe e se 39 existe algum planejamento para os demais parques localizados na referida bacia. O 40 Sr. Leonel Generoso afirmou não ter as informações precisas sobre os custos das 41 ações, no momento, mas que os recursos são escassos e as ações propostas 42 poderão ser readequadas caso seja necessário. O Sr. Luiz Rios sugeriu que a lista de 43 unidades de conservação contempladas fosse ampliada, para incluir outras unidades, 44 ao passo que o chefe da UCAF informou que os recursos decorrentes da 45 compensação ambiental do Setor Habitacional Noroeste já estão atrelados à 46 regularização de outras unidades de conservação na bacia hidrográfica do Lago 47 Paranoá. O Sr. Luiz Rios, então, sugeriu que a SUGAP elaborasse lista com todos os 48 Parques e Unidades de Conservação que serão contempladas com os recursos do



49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

Noroeste. O Sr. Clevcione da Silva sugeriu que as propostas a serem submetidas ao colegiado da CCA sejam mais detalhadas, de forma a permitir uma melhor análise pelos membros. O superintendente da SUGAP defendeu que o detalhamento será feito no termo de compromisso a ser firmado. Por sua vez, o presidente da CCA ponderou que o ideal é que as propostas chequem ao colegiado já alinhadas, visando melhorar a eficiência dos trabalhos da Câmara e que deliberações ad referendum não sejam feitas. Já a Sra. Luciana Pacheco enfatizou que é fundamental que haja uma organização das demandas dos parques e unidades de conservação de forma que seja possível estabelecer prioridades na destinação dos recursos, e que a comissão instituída para definir as propostas de destinação de recursos de compensação ambiental e florestal estabeleça um calendário de reuniões com a finalidade de sanar as dificuldades nas proposições submetidas ao colegiado, e que as reuniões sejam registradas em ata. O superintendente da SUGAP reconheceu que a forma como as propostas estão sendo encaminhadas não é a ideal e justificou que os trabalhos estão sendo retomados agora, em razão do período de afastamento por licença médica. O Sr. Leonel Generoso explicou ainda que a composição atual da Câmara de Compensação Ambiental não é a ideal, haja vista que não inclui outros seguimentos da sociedade. A Sra. Luciana Pacheco defendeu que a abertura é importante, mas que antes disso devem-se sanar os problemas relacionados ao levantamento das demandas dos parques e unidades de conservação, bem como das proposições para utilização de recursos. O presidente da CCA destacou que o assunto é importante, mas que foge à pauta do dia. O Sr. Cleycione da Silva propôs que seja marcada uma reunião no início do ano que vem para tratar exclusivamente sobre esse assunto. Após ampla discussão, os membros do colegiado da Câmara de Compensação Ambiental do IBRAM deliberaram, por unanimidade, pela aprovação da proposta apresentada pela SUGAP para que os recursos decorrentes da compensação da Vila Telebrasília TERRACAP, n° ambiental processo



391.000.789/2014, no valor de R\$ 4.434.211,89 (quatro milhões quatrocentos e trinta 76 77 e quatro mil duzentos e onze reais e oitenta e nove centavos) sejam utilizados na 78 elaboração, implementação e consolidação do plano de manejo do Parque Ecológico 79 do Riacho Fundo, do Parque Ecológico Dom Bosco, e da ARIE Dom Bosco, adjacente ao parque, conforme especificações a serem apresentadas pela SUGAP. Na 80 81 Seguência, submeteu-se à apreciação do colegiado o segundo item da pauta: 82 Compensação ambiental Solar de Brasília (Setor Habitacional Jardim Botânico, etapa 83 IV) de interesse da TERRACAP. O colegiado discutiu e deliberou, por unanimidade, pela aprovação da proposta apresentada pela SUGAP para que os recursos da 84 85 compensação ambiental decorrente do empreendimento denominado "Condomínio 86 Solar de Brasília", no valor de R\$ 4.559.622,81 (quatro milhões, quinhentos e 87 cinquenta e nove mil, seiscentos e vinte dois reais e oitenta e um centavos) sejam 88 utilizados na revisão e implementação do Plano de Manejo da Estação Ecológica de 89 Águas Emendadas – ESECAE. Em seguida, passou-se à análise do item 3 da pauta: 90 compensação florestal Fazenda Paranoazinho, de interesse da Urbanizadora 91 Paranoazinho S.A. – UPSA, processo nº 391.000.761/2014. O Sr. Ricardo Roriz 92 explicou sobre a existência de lista na UCAF com demandas de diversas Unidades 93 Orgânicas do IBRAM para serem atendidas com recursos de compensações 94 ambiental e florestal, dentre as quais foram selecionadas as demandas da 95 Coordenação de Educação Ambiental - CODEA e da Coordenação de FAUNA -96 COFAU para serem atendidas com os recursos da compensação florestal da Fazenda 97 Paranoazinho. A proposta da CODEA é que parte dos recursos da compensação 98 supracitada seja utilizada para aquisição de equipamentos 99 implementação do Programa Parque Educador, já a COFAU propõe a utilização de 100 parte dos recursos em projeto de monitoramento de médios e grandes mamíferos na Estação Ecológica de Águas Emendadas - ESECAE. O Sr. Luiz Rios explicou que o 101 102 Programa Parque Educador atenderá alunos da rede pública em quatro parques,



cabendo ao IBRAM a logística e o fornecimento de equipamentos e materiais para o 104 Programa. O Sr. Leonel Generoso indagou se os pargues têm estrutura apropriada para o programa referido. Em resposta, o Sr. Luiz Rios afirmou que no início do ano 105 106 foi realizada uma vistoria nos parques que serão utilizados no programa e que as 107 condições encontradas foram consideradas satisfatórias. Quanto ao projeto de 108 monitoramento de médios e grandes mamíferos na ESECAE, a servidora Marina 109 Motta de Carvalho apresentou alguns dados referentes ao projeto e a trabalhos 110 similares, com ilustrações e vídeos aos membros do colegiado. O Sr. Luiz Rios 111 elogiou o projeto e sugeriu que outros recursos de compensações sejam utilizados 112 em projetos de monitoramento, dada a importância das informações obtidas para 113 elaboração de corredores ecológicos. O superintendente da SUGAP sugeriu que 114 além de custear os projetos da CODEA e da COFAU, parte dos recursos sejam 115 utilizados para contratação de seguro para o GPS geodésico atualmente em uso 116 pela SUGAP. Os membros do colegiado discutiram e deliberaram pela aprovação das 117 propostas apresentadas, para que os recursos da compensação florestal devida pela 118 supressão arbórea para implantação do empreendimento denominado Fazenda 119 Paranoazinho, que totalizam R\$ 200.141,58 (duzentos mil cento e quarenta e um 120 reais e cinquenta e oito centavos) sejam utilizados para execução de projeto de 121 monitoramento de médios e grandes mamíferos na Estação Ecológica de Águas 122 Emendadas, bem como na aquisição de equipamentos para implementação do 123 Programa Parque Educador, além da contratação de seguro para GPS geodésico, 124 conforme informações a serem apresentadas pelas áreas demandantes. Quanto ao 125 item 4 da pauta, que trata da alteração do valor da compensação ambiental 126 decorrente da captação de água no Lago Paranoá para abastecimento, de interesse 127 da CAESB, processo n° 391.001.472/2014, em virtude de alterações do Valor de 128 Referência por parte da equipe do licenciamento ambiental, o colegiado discutiu e 129 deliberou pela alteração da Deliberação nº 015/2014, para que o valor da



compensação ambiental objeto do processo nº 391.001.472/2014, de interesse da 131 CAESB, passa a ser de R\$ 8.569.224,11 (oito milhões quinhentos e sessenta e nove 132 mil duzentos e vinte e quatro reais e onze centavos), mantendo-se inalteradas as demais disposições constantes na Deliberação CCA nº 015/2014. O chefe da UCAF 133 134 sugeriu que o colegiado deliberasse ainda sobre a destinação dos recursos da 135 compensação ambiental decorrente da implantação do parcelamento de solo rural 136 denominado Fazenda Barreirinho, justificando que a inclusão do item em cima da 137 hora se deu em função de contratempo na apresentação de proposta. O colegiado 138 acolheu a proposição do chefe da UCAF. O Sr. Ricardo Roriz explicou que se trata da 139 primeira compensação ambiental decorrente de parcelamento de solo rural, e que a 140 proposta para utilização dos seus recursos é proveniente do Núcleo de Acervo 141 Técnico – NUATE, o qual propõe a utilização dos recursos em benefício da Biblioteca 142 do IBRAM, localizada no Parque da Cidade. Os membros discutiram e deliberaram 143 pela aprovação da proposta do NUATE para os recursos decorrentes da 144 compensação ambiental do empreendimento denominado Fazenda Barreirinho, no 145 valor de R\$ 6.511,48 (seis mil quinhentos e onze reais e quarenta e oito centavos), 146 sejam utilizados para aquisição de equipamentos e prestação de serviços em 147 benefício da Biblioteca do IBRAM, bem como para melhorias no software SophiA, conforme especificações a serem apresentadas pelo NUATE. Por fim, o chefe da 148 149 UCAF apresentou o resumo das atividades da Câmara de Compensação Ambiental 150 ao longo do ano de 2015, destacando alguns avanços no ponto de vista das novas 151 normatizações, bem como evidenciando a diminuição relativa do número de termos de compromisso de compensação assinados no ano de 2015. Eu, Samuel de Jesus 152 153 Silva Lima, servidor lotado na UCAF e, portanto, membro da Secretaria Executiva da 154 CCA/IBRAM, conforme disposto na Instrução nº 125, de 1º de dezembro de 2011, 155 redigi a presente ata, que, lida e aprovada, segue rubricada e assinada por todos os 156 membros que participaram da 4ª Reunião Ordinária da CCA de 2015.



LEOCLIDES MILTON ARRUDA

Presidente da Câmara de Compensação Ambiental

RICARDO RORIZ

Chefe da Unidade de Compensação Ambiental e Florestal – UCAF Chefe

CLEYCIONE CARLOS DA SILVA

Unidade de Administração Geral – UAG Membro titular

LUIZ RIOS

Superintendência de Programas, Estudos, Monitoramento e Educação Ambiental—SUPEM Membro titular

LEONEL GRAÇA GENEROSO PEREIRA

Superintendência de Gestão de Áreas Protegidas – SUGAP Membro titular



LUCIANA DA SILVA PACHECO

Procuradoria Jurídica – PROJU Membro titular